**COMO OS PROFESSORES ESTÃO PREPARADOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**

ONÓRIO, Iara Aparecida\*

## RESUMO

Os professores que atuam ou atuarão nas instituições de ensino estão capacitados para praticar a educação inclusiva? Esta preocupação levou ao desenvolvimento deste estudo, que teve como objetivo identificar como os professores estão preparados para lidar com a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais através de uma revisão de literaturas científicas originais que abordam o assunto. Trata-se então de um estudo descritivo elaborado a partir de uma busca minuciosa de estudos desenvolvidos no Brasil e publicados entre 2000 e 2015. Após a escolha criteriosa dos 12 materiais bibliográficos a serem utilizados, procedeu-se então a análise a fim de descrever as características dos estudos conforme o objetivo proposto, divididos em quatro categorias. Com isso foi possível perceber que os professores encontram-se praticamente despreparados, mesmo com o fortalecimento no processo de inclusão; portanto, há muito a evoluir. Isso por que antes de tudo eles precisam compreender o significado da inclusão escolar, utilizar uma metodologia adaptável para que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades, que sejam capacitados desde a graduação até o fim de sua atuação como docente e por fim, que eles continuem se vendo como profissionais essenciais na concretização da Educação inclusiva.

**Palavras-chave**: “ação docente inclusiva”, “formação de professores na educação inclusiva” e “processos de inclusão escolar”

**Introdução**

Este estudo atenta-se para o fato de que a educação inclusiva apesar de estar progredindo, buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito, ainda é um grande desafio: transformar a escola da atualidade para que haja efetivamente a inclusão escolar de alunos com algum tipo de deficiência física ou mental. Acredita-se que o professor é o agente principal do processo educativo e inclusivo, pois em suas mãos estão grande parte da responsabilidade sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos.

Diante disso, surge o seguinte questionamento: Os professores que atuam ou atuarão nestas instituições de ensino estão capacitados para praticar a educação inclusiva? Esta preocupação e o fato de ser portador de deficiência visual me levaram ao desenvolvimento desta pesquisa, que teve como objetivo conhecer estudos e discussões sobre essa temática, e através destes identificar como os professores estão preparados para lidar com a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.

O preconceito e a discriminação dos indivíduos considerados diferentes, portadores de deformidades, podem ser observados no decorrer de toda história da humanidade. Nas sociedades primitivas os deficientes eram condenados à morte, na Europa medieval, eram considerados como obras do demônio e no fim da Idade Média os deficientes se tornaram culpados pela própria deficiência. Antes do cristianismo os deficientes eram considerados como “coisas” e não como pessoas (CARVALHO; ROCHA; SILVA, *s.d*, p.11)).

No final do século XVIII, surgiram atitudes mais humanitárias, que buscavam compreender as especificidades do indivíduo portador de necessidades especiais. Iniciou-se então uma defesa pelo direito à educação dos desprezados e excluídos pela família e sociedade; com isso, a educação especial, visando à escolarização de crianças anormais, desponta nesse contexto. Assim, por volta das décadas de 80 e 90 do século passado, a educação inclusiva ganhou repercussão (TESSARO *et al*., 2005, p.2).

A inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade e na educação do Brasil, se torna então um assunto extremamente oficial em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal:

Art. 205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...] Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]. Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: [...]; III- Atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Pode-se dizer então que a legislação brasileira tem a preocupação de desenvolver uma democracia, baseada na igualdade e na liberdade, na qual defende os direitos humanos, rejeitando as desigualdades sociais e todas as formas de exclusão. Entretanto, a prática diverge significativamente da teoria, pois se percebe que ainda há diversas formas de opressão e discriminação dos excluídos, dentre os quais estão os deficientes. Ainda que de forma implícita (RIPPEL; SILVA, 2008, p.2).

Por tal motivo, acredita-se que a escola e o professor possuem um papel fundamental na inclusão social, mas não basta que as escolas tenham crianças com deficiência em sala de aula, é necessário muito mais (PAIM, 2012). Os educadores precisam construir um espaço escolar onde a diferença, de qualquer natureza, possa “existir”, com diversas possibilidades, ao invés de manter os antigos estigmas e práticas. Objetivando sempre uma educação plural e de qualidade, que contemple todas as pessoas, com e sem deficiência, de forma que todos se sintam participantes do processo de ensino-aprendizagem (VILELLA; LOPES; GUERRERO, 2013, p.1).

# Desenvolvimento

O presente estudo é uma revisão de literatura, do tipo descritivo, realizado a partir de uma busca meticulosa da produção científica desenvolvida no Brasil a cerca do tema. Para isso, primeiro verificou-se a incidência de artigos publicados, com data de publicação de 2000 a 2015, em revistas de cunho científico, indexadas na base de dados do Google acadêmico, sobre a inclusão escolar de crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Vale ressaltar que tal coleta de dados foi realizada durante o mês de dezembro de 2015.

Para a extração de dados utilizou-se os seguintes descritores: “ação docente inclusiva”, “formação de professores na educação inclusiva” e “processos de inclusão escolar”; que foram filtrados por palavras que ocorrem somente no título e estudos com datas entre 2000 e 2015. Após a pesquisa na base de dados foi realizada uma seleção minuciosa, baseada nos seguintes critérios de inclusão: artigos ou teses originais, publicadas no portal acima citado, disponibilizados na íntegra, no idioma português, que relatam estudos realizados no Brasil, cujo tema central era a docência frente ao processo de inclusão escolar de crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

Dentre os estudos excluídos estavam às resenhas, artigos disponíveis somente na forma de resumo, editoriais, estudos repetidos e trabalhos que não se encaixavam nos critérios de inclusão aqui descritos. A busca a partir dos descritores supracitados resultou em um total de 69 artigos. Destes todos foram explorados a partir de uma leitura criteriosa, considerando os critérios de inclusão e exclusão desta pesquisa, destes 25 trabalhos foram selecionados como biografias potencialmente relevantes. Posteriormente, pode-se filtrar ainda mais as bibliografias necessárias, restando como dados desta investigação somente 12 estudos e destes 9 são artigos científicos, 2 são Trabalhos de Conclusão de Curso de Pedagogia e 1 é uma Monografia de uma pós-graduação.

Os descritores foram delineados de forma extremamente específica para que os dados encontrados fossem de acordo com os objetivos do presente trabalho, por isso a quantidade pequena de resultados. O primeiro descritor “ação docente inclusiva” obteve 2 resultados, o segundo “formação de professores na educação inclusiva” teve 59 resultados e o último “processos de inclusão escolar” teve 8 estudos. De posse do material bibliográfico, procedeu-se então a leitura exploratória, analítica e interpretativa dos 12 artigos selecionados, com o objetivo de identificar as informações e os dados constantes nos impressos e estabelecer as relações das informações e os dados obtidos com o problema em questão.

Os escolhidos foram: (ANTUNES; RECH; ÁVILA, 2015; ALCÂNTARA, 2015; DELEVATI, 2009; FIGUEREDO, 2014; GESSINGER; LIMA; BORGES, 2010; GONÇALVES,. *et al*, 2013; FILLIPIN MACHADO; COSTA, 2013; MACHADO, 2014; OLIVEIRA; SILVA; BARROS, 2012; SANTOS, 2007; VITALIANO, *s.d*; ZANELLATO; POKER, *s.d*). As categorias escolhidas para a organização, análise e discussão dos dados foram relacionadas ao objetivo da pesquisa.

A análise do conteúdo possibilitou conhecer as principais características que evidenciam se um professor está ou não preparado para trabalhar com alunos portadores de alguma deficiência. Dessa forma, os dados estão apresentados de forma a atender o objetivo proposto, sendo organizados em quatro grupos: Entendimento sobre educação inclusiva; Metodologia utilizada, na sala de aula, com alunos com necessidades educacionais especiais; A formação e capacitação de professores para atuação na educação inclusiva; e Como o professor descreve sua importância frente à educação inclusiva.

Sobre o Entendimento da educação inclusiva, dentro deste subitem os professores participantes das pesquisas alvos deste estudo, de forma unânime, atribuem à educação inclusiva o processo de inserir o aluno com necessidade educacional especial no espaço de aula regular, tendo que para isso adaptar-se. Bastando inseri-lo. Isso cria a ilusão que estão em correspondência com preceitos inclusivos. Percebe-se também que estes alunos são definidos por suas dificuldades e limitações. Desconsiderando totalmente o fato de que nenhuma criança é e aprende da mesma maneira que a outra (ALCÂNTARA, 2015; DELEVATI, 2009; MACHADO, 2014).

Isso pode ser evidenciado na pesquisa de Delevati (2009), em que uma professora descreve a aluna especial em sua sala de aula: “ Ela não consegue fazer nada do que os outros fazem, ela não recorta, ela não pinta, ela não consegue escrever, não consegue falar [...]”

Além disso, foi possível observar que as concepções de inclusão escolar reflete um imenso problema, pois o seu foco tem sido o alunado “diferente”, fora dos parâmetros considerados “normais”. Dessa forma, não vincula o projeto de Educação para alunos com deficiência àquele pensado para os alunos sem deficiência. O que faz a educação inclusiva ser pautada na perspectiva de exclusão baseada na “normalidade” Sendo considerados os alunos com necessidades especiais como aqueles que exigem da escola modificações e adaptações (ANTUNES; RECH; ÁVILA, 2015; DELEVATI, 2009; MACHADO, 2014; SANTOS, 2007).

Tudo isso se resume no fato de que os docentes não compreendem o significado da Educação inclusiva, que é verdadeiramente definida como aquela que respeita e valoriza todos os alunos, cada um com a sua característica individual e que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno. O seu principio fundamental é que todos devem aprender juntos, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as diversas necessidades de seus em um ambiente inclusivo e acolhedor. Ela vem para substituir a escola tradicional, na qual todos os alunos precisavam se adaptar ao mesmo método pedagógico e eram avaliados da mesma forma (SACI, 2005, p.18; UNESCO, 1994, p.61).

Na Escola Inclusiva não existem classes especiais. Ou melhor, todas as classes e todos os alunos são muito especiais para seu professor. Os alunos especiais não podem ser definidos por aquilo que as tornam diferentes das demais, isto é, obviamente, a própria deficiência. Devendo obrigatoriamente ser considerados como aqueles detentores de uma característica como outra qualquer e considerar que as dificuldades que ela enfrenta são o resultado do ambiente despreparado para recebê-lo. Sendo o professor um personagem essencial neste processo de acolhida e de possibilitar a criança um desenvolvimento dentro de seus limites pessoais, e não de padrões impostos socialmente (SACI, 2005, p.19).

Em relação à Metodologia utilizada, na sala de aula, com alunos especiais, ela se constitui no desenvolvimento de ações voltadas especialmente para estes discentes, na escola, utilizando alguns instrumentos para atender as necessidades específicas de cada candidato. O que deve ocorrer em todas as fases do processo de ensino-aprendizagem, tanto no planejamento, execução e avaliação de todo o conteúdo. Obedecendo então o direito à cidadania e a dignidade da pessoa humana que são trazidas pela Constituição Federal como fundamentos da República (art. 1º, inc. II e III), e que também traz sobre o direito à igualdade e a educação (COSTA, 2013, p.273).

Sobre o Planejamento Figueredo (2014, p.25) traz que ele está baseado em adequar o currículo ao portador de deficiência, minimizando os conteúdos a serem transmitidos e nunca com o objetivo de repassar o mesmo conteúdo ministrado na classe regular. Em Gonçalves *et al.* (2013, p.268) a aula foi planejada sem distinção para todos os alunos e aquele que possui alguma deficiência contou com a ajuda de um monitor, chegando mais próximo da Educação inclusiva do que o estudo acima citado. Mas, de forma geral, pode-se perceber que o planejamento da aula a ser ministrada tenta escolarizar o aluno com as necessidades especiais, mas sem possibilitar de forma significativa oportunidades de ensino-aprendizagem que conduzam este educando a progressão escolar.

Saci (2005, p.41) traz que existem diversas estratégias em que o professor pode trabalhar dentro da sala de aula comum, composta por alunos com e sem deficiência, tais como ensino através das atividades complementares, aulas de apoio e ensino em equipe. Sendo que o sucesso do ensino depende principalmente da necessidade dos professores fazerem o planejamento daquilo que será transmitido e a forma como isso ocorrerá. Tudo sendo aplicado e observado no aluno, não olhando as dificuldades, mas verificando as formas que ele usa para vencer desafios. Desenvolvendo as estratégias a partir disso.

Sobre a avaliação, os estudos avaliados revelaram que a metodologia utilizada encontra-se arraigada ao modelo tradicional de ensino em que a maioria dos professores foram submetidos ao longo de sua vida escolar e universitária. O trabalho Delevati (2009, p.33) trouxe que os princípios e metodologias de avaliação de caráter autoritário, estático, sentencivo, frenador e classificatório; disse ainda que dos processos de avaliação mal elaborados derivam processos de preconceito e rejeição social, tornando-se dessa forma, nociva ao educando. O mesmo estudo traz ainda:

ESCOLA F

“Os alunos portadores de necessidades educativas especiais participarão das avaliações sempre que possível [...]”.

Dessa forma, evidencia-se que a Avaliação escolar não tem cumprido o seu papel em relação às necessidades educacionais especiais: que se constitui em um processo contínuo e permanente, objetivando identificar as potencialidades, testar conhecimentos e a progressão escolar dos alunos especiais (BRASIL, 2006, p.9). Estes alunos considerados fora dos padrões da normalidade colocam em xeque as práticas pedagógicas e os modos de avaliação da aprendizagem. Esses discentes colocam em evidência a incapacidade que as práticas de avaliação, em sua maioria, têm de representar o desenvolvimento cognitivo de maneira processual (CHRISTOFARI, 2012, p.06).

Desse modo, é preciso mudanças nas práticas pedagógicas para que esta valorize a diversidade dos modos de ser. Portanto, não existem teorias, estratégias ou recursos específicos na didática com o aluno com deficiência ou em situação de dificuldade de aprendizagem, existem somente possibilidades e recomendações. Portanto, o que se coloca como necessária é a habilidade de perceber a diversidade em sala de aula e as especificidades dela decorrentes, de modo que as teorias e estratégias usuais possam ser adaptadas às necessidades singulares de cada educando, mas longe do antigo modelo de ensino, baseado em critérios de “exclusão pautado na normalidade” (LIMA, 2010, p.11).

O terceiro grupo envolve A formação e capacitação de professores para atuação na educação inclusiva. Segundo Arruda e Almeida (2014, p.14) para que haja efetivamente a inclusão escolar, faz necessários recursos fundamentalmente humanos, mais do que materiais. Portanto, é de extrema importância a capacitação dos docentes, nem que seja apenas de um professor. Esse membro, uma vez capacitado, pode gradualmente disseminar os conhecimentos para os demais. A capacitação como um todo, de forma estruturada e eficiente, é fundamental para o sucesso da inserção destes alunos especiais.

Sobre este tópico, a presente pesquisa revela que em Figueredo (2014, p.28), os professores de três instituições receberam no momento de sua práxis algum tipo de treinamento, de forma breve, não oferecia oportunidade de aplicação prática e que não eram frequentes, entretanto, os entrevistados consideravam de grande importância. No mesmo estudo os docentes de uma escola não receberam qualquer tipo de capacitação e faziam o que estavam ao alcance deles, de forma empírica. No trabalho de Gonçalves *et al.* (2013, p.267) houve treinamento teórico e prático para a ministração da aula para uma classe que continha um aluno especial.

No estudo de Antunes, Rech, Ávila (2015, p.171) houve a formação continuada sobre tal assunto, que contribuíram significativamente para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com alguma deficiência. Em Zanellato e Poker (*s.d,* p.7*)* a pesquisa investigava a capacitação pós-faculdade voltado para a Educação inclusiva e para a grande surpresa 60% dos docentes entrevistados realizaram pós-graduação de inclusão escolar. Em contrapartida, na pesquisa Alcântara (2015, p.77) não teve qualquer tipo de treinamento, o que pode ser visualizado pelos trechos a seguir:

Aí, então quando eu me deparei com essa situação entrei um pouco em pânico, porque eu não tinha preparo para trabalhar com aluno nessas condições e não conseguia atingir o objetivo de aprendizagem de uma criança dessa, né? [...].

[...] Me ensinaram a trabalhar com alunos com uma certa idade

mental, pra idade deles eu não estou preparada. Você conseguiu

entender? [...].

Em relação à educação inclusiva na grade curricular dos professores o trabalho de Fillipin Machado e Costas (2013, p.74) revelou que estudantes universitários não tinham em sua grade curricular qualquer disciplina que abordasse o tema, sendo que o coordenador até referiu isso é para a formação continuada quando os profissionais estiverem atuantes. Outro estudo também relatou isso em seus resultados.

Todos os professores de ambos os grupos relataram que seus cursos de graduação não lhes prepararam para realizar a inclusão de alunos com necessidades especiais (VITALIANO, *s.d, p.* p.6).

Em Santos (2007, p.29) houve a disciplina que abordasse o tema, mas sem grande importância. Dessa forma, foi possível perceber que quando há abordagem na graduação, ela só é teórica e não prática; os alunos podem cursar depois uma pós-graduação voltada para os alunos especiais, auxiliando no exercício de sua futura profissão, mas com recursos e vontade própria; e sobre a formação continuada, quando tem, é curta e não promove efetivamente a inclusão dos alunos com deficiência.

A inclusão escolar se cumpre no desenvolvimento contínuo de culturas, políticas e práticas de inclusão, em todos os níveis de funcionamento de cada instituição que envolve a educação. O que inclui a graduação, que segundo Santos (2003, p.10) ocorre à formação de um currículo, que compreende “o conjunto de todas as experiências de conhecimento proporcionadas aos/às estudantes” e, portanto, deve contemplar a aprendizagem da criação de culturas, do desenvolvimento de políticas e da orquestração de práticas inclusivas para a efetivação de um trabalho docente autêntico, autônomo e legítimo.

Entretanto, o fato é que, de maneira geral, as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores com uma orientação inclusiva de atuação profissional (GLAT; PLETSCH, 2004, p.4). Já após a formação dos professores a Educação inclusiva realmente está ofertada como uma opção e não pode ser uma obrigação do graduado, visto que é algo que demanda recursos próprios e tempo. Sendo grata surpresa a pesquisa que evidenciou que 60% dos entrevistados haviam realizado este curso, portanto, deve ser estimulado, já que auxilia grandiosamente o trabalho do docente frente ao processo de ensino-aprendizagem de um aluno especial em uma classe.

Sobre a formação continuada que ocorre quando o docente está em exercício profissional, a presente pesquisa evidenciou que ela segue ainda um modelo inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva. Ou seja, segue um modelo tradicional de formação. O que é ruim, pois diverge das linhas centrais do *Plano Nacional de Educação* (MEC, 2000), que aponta a integração entre professores da educação especial e da educação regular como uma das ações necessárias para efetivação da educação inclusiva. E acrescenta:

Art. 8º. As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes:

I – professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;

Cabe aqui então ressaltar o que Arruda e Almeida (2014, p.6) trazem sobre a importância da formação continuada “A transformação da escola passa obrigatoriamente por uma política de formação e educação continuada dos professores, verdadeiros pilares para a construção da inclusão escolar”. Relata ainda que a capacitação dos professores para a inclusão escolar se mostra, portanto, fundamental para se alcançar uma educação de qualidade. E uma educação de qualidade obrigatoriamente deve contemplar as necessidades de todos os alunos.

No quarto e último grupo destaca-se de forma positiva, pois os docentes entrevistados compreendem de forma similar o papel real do professor frente à Educação inclusiva. Os achados são: Oliveira, Silva e Barros (2012, p.12) traz que o professor é aquele que atua diretamente com o aluno, por isso possui uma responsabilidade significativa e tem por obrigação ética desmitificar ideias sobre alunos com necessidades específicas. Para Gessinger, Lima e Borges (2010, p.3) o professor precisa dar conta das questões pedagógicas, desenvolvendo um ensino que contemple a turma toda, sem exclusões. Neste caso, cabe ainda destacar o trecho de Gonçalves *et al.* (2013) em que um entrevistado fala em relação ao seu aluno especial:

“O professor exerce um papel importante na inclusão deste aluno na sala de aula, tendo que ser cuidadoso ao elaborar o experimento para que o aluno não se sinta diferente dos demais colegas na hora das aulas práticas”.

O papel do professor no processo de inclusão está relacionado ao comprometimento com seu trabalho e com seus alunos, pois conhecendo as necessidades individuais deles e trabalhando essas diferenças na sala de aula, dão-se oportunidades aos educandos com necessidades especiais de desenvolverem o seu potencial, atuando como mediadores no processo de aprendizagem. É na pessoa do educador que se encontra o verdadeiro sentido da inclusão, não só do ponto de vista social, mas especialmente educacional. Cabe aos educadores uma mudança de postura, além da redefinição de seu papel diante da diversidade que possa se encontrar no âmbito escolar (ANTUNES; RECH; ÁVILA, 2015; MALVÃO; BARCELLOS; FREITAS, 2006).

**Conclusão**

A Educação Inclusiva é um grande desafio para todos os que trabalham na educação, isso por que a teoria se difere grandiosamente do que é encontrado na prática. O professor como personagem essencial da inclusão dos alunos especiais precisa estar preparado para lidar com todos os seus alunos, independente de suas características, a fim de garantir o direito público à educação e de extinguir totalmente os antigos estigmas e práticas.

Neste trabalho de revisão teórica a partir de pesquisas originais foi possível perceber que os professores encontram-se praticamente despreparados, mesmo com o fortalecimento no processo de inclusão; portanto, há muito a evoluir. Por que antes de tudo eles precisam compreender o significado da inclusão escolar que pressupõe a melhoria da resposta educativa da escola para todos; uma metodologia adaptável para que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades; e que haja capacitação na graduação e posterior a ela voltado para este tema para que se otimize o processo de ensino-aprendizagem dos alunos especiais. Entretanto na última categoria de pesquisa o resultado foi uma grata surpresa, pois os professores se veem como profissionais essenciais na concretização da Educação inclusiva.

Portanto, espera-se que o corpo docente de qualquer instituição de ensino esteja preparado para o trabalho da inclusão educacional e principalmente, que com a educação inclusiva sejam abandonadas definitivamente as barreiras seletistas de aprendizagem. Para que o meio social se adapte ao aluno incluído ao invés de que o estudante se adapte à sociedade. Afinal, uma educação de boa qualidade é aquela que também é ofertada para todos, indiscriminadamente.

**Referências**

ALCÂNTARA, Ramon Luís de Santana. A ordem do discurso na educação especial: em pauta, a formação de professores no município de São Luís para trabalhar na perspectiva da educação inclusiva. **Revista entreideias,** Salvador, v. 4, n. 1, p. 71-85, jan./jun. 2015.

ANTUNES, Helenise Sangoi; RECH, Andréia Jaqueline Devalle; ÁVILA, Cínthia Cardona de. Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 171-198, jan./abr. 2015.

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA, Mauro de. **Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Ribeirão Preto, junho de 2014. Disponível em: http://dislexia.org.br/pdf/cartilha.pdf. Acesso em 05 de dezembro de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC (2000). **Plano Nacional de Educação.** Brasília: 2000.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARVALHO, Alfredo Roberto de; ROCHA, Jomar Vieira da; SILVA, Vera Lúcia Ruiz Rodrigues da. **Pessoa com deficiência na história:** modelos de tratamento e compreensão. In: SILVA, Vera Lúcia Ruiz Rodrigues da. Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos. S.d. Disponível em: http://www.unioeste.br/pee/arquivos/pessoa\_com\_deficiencia\_aspectos\_teoricos\_e\_praticos.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2015.

CHRISTOFARI, Ana Carolina. **Avaliação da aprendizagem e inclusão escolar**: relações possíveis. In: IX ANPED Seminário em Pesquisa de Educação da Região Sul. 2012.

COSTA, Alessandra Aparecida Ribeiro. **Metodologias de ensino inclusivas para a formação de deficientes com paralisia cerebral.** VIII Workshop de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza. São Paulo: 2013.

DELEVATI, Aline de Castro. **Do projeto político-pedagógico à ação docente:** considerações para o debate da educação inclusiva.Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos. Porto Alegre: 2009.

FIGUEREDO, Jane Kele de Sousa. **Formação do professor em educação inclusiva:** desafios e anseios da ação docente na escola regular.Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Educação em Pedagogia. Campina Grande: 2014.

FILLIPIN MACHADO, Charline; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. O papel da gestão na formação inicial de professores com vistas à educação inclusiva. **Rev. Gest. Aval. Educ.**,Santa Maria, v. 2, n. 3, p. 73-92, Jan./jun. 2013.

GESSINGER, Rosana Maria; LIMA, Valderez Marina do Rosário; BORGES, Regina Maria Rabello. **A formação de professores de matemática na perspectiva da educação inclusiva.** In: A formação de professores de matemática na perspectiva da educação inclusiva. Salvador: 2010.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, p. 3-8, 2004.

GONÇALVES, Fábio Peres *et al*. A Educação Inclusiva na Formação de Professores e no Ensino de Química: A Deficiência Visual em Debate. **Quím. nova esc.**, São Paulo-SP, v. 35, n° 4, p. 264-271, novembro 2013.

LIMA, Helen Tatiana Santos. O papel do professor no contexto inclusivo: uma reflexão a partir da teoria da subjetividade. **Revista Facitec**, v.4, n.1, Art.4, jan-jul 2010.

MACHADO, Glaé Corrêa. Caminhos para a educação inclusiva: a construção de saberes na formação e na experiência dos professores. **Olh@res:** Guarulhos, v. 2, n. 2, p. 255-276. dezembro, 2014.

MALVÃO, Angélica Aparecida; BARCELLOS, Carolina Arantes P.; FREITAS, Valéria Aparecida de. Educação Inclusiva: a Diversidade faz parte da vida. **Janus**, Lorena, ano 3, nº 4, 2006.

OLIVEIRA, Cirilo Henrique; SILVA, Jéssica Coutinho; BARROS, Giuliana de Sá Ferreira. **Inclusão escolar e docência:** retrato da realidade local. In: Anais do Simpósio do PIBID/UFABC, v. 01, 2012.

PAIM, Paulo. **A exclusão das pessoas com deficiência do sistema de ensino**. 2012.

**Perspectiva de professores atuantes nas séries iniciais.** Universidade Estadual de Londrina. Londrina: *s.d.* Disponível em: http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-exclusao-das-pessoas-com-deficiencia-do-sistema-de-ensino. Acesso em 12 de dezembro de 2015.

Rede SACI. **Educação inclusiva:** O que o professor tem a ver com isso. 2005. Disponível em: http://saci.org.br/pub/livro\_educ\_incl/redesaci\_educ\_incl.pdf. Acesso em 05 de dezembro de 2015.

RIPPEL, Valderice Cecília Limberger; SILVA, Alyne Mary da. **Inclusão de estudantes com necessidades especiais na escola regular.** In: 1º Simpósio Nacional de Educação, XX Semana da Pedagogia. 2008.

SANTOS, Lígia Ramos dos. **Formação de professores na educação inclusiva. [**Monografia] Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Faculdade de Ciências da Educação. Brasília: 2007.

TESSARO, Nilza Sanches et al. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicol. Esc. Educ.**,v.9, nº.1, Campinas, June 2005.

UNESCO (1994). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** – necessidades básicas de aprendizagem. Paris: 1994.

VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues; LOPES, Silvia Carla; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Os desafios da inclusão escolar no Século XXI.** 2013. Disponível em: http://www.bengalalegal.com/desafios. Acesso em 12 de dezembro de 2015.

VITALIANO, C. R. **A formação do professor para educação inclusiva na**

ZANELLATO, Daniella; POKER, Rosimar Bortolini. **Formação continuada de professores na educação inclusiva**: a motivação em questão. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. – Departamento de Educação Especial. Marília: *s.d*.